

## A EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA NA PANDEMIA DA COVID-19

Joana da Rocha Moreira <sup>1</sup>  
Rosângela Costa Soares Cabral <sup>2</sup>  
Célia Regina Machado Jannuzzi Loureiro <sup>3</sup>  
Maria Aparecida Mendes <sup>4</sup>  
Orientador do Trabalho – Allan Rocha Damasceno <sup>5</sup>

### RESUMO

Analisar as políticas adotadas para a educação pública em tempos de pandemia da COVID-19 é importante para se refletir acerca dos êxitos na implementação. Compreender os prejuízos causados pela suspensão das atividades presenciais e conhecer possíveis ações para minimizar os impactos causados pela crise sanitária. As reflexões foram embasadas na Teoria Crítica, usada como suporte teórico para estabelecer um panorama sobre a realidade. Como procedimento/instrumento metodológico foi utilizada a análise documental com levantamento realizado pelo governo federal sobre ações adotadas no país. Os resultados desta investigação revelam: ausência de políticas educacionais acarretando sérias fragilidades e impactos incalculáveis; a necessidade da implementação de políticas de Estado para reparar o abandono histórico com a educação pública que foi agravado nesse contexto.

**Palavras-chave:** Educação Pública, Políticas Educacionais, Covid-19.

### INTRODUÇÃO

O mundo foi afetado pela pandemia do COVID-19, recentemente o número de óbitos, por essa razão, ultrapassou 4 milhões e duzentos mil. O Brasil é o segundo país

---

<sup>1</sup> Mestre pelo Curso de Pós-graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ, [joanadarochamoreira@gmail.com](mailto:joanadarochamoreira@gmail.com);

<sup>2</sup> Doutoranda do Curso de Pós-graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ, [rosangellacabrall@gmail.com](mailto:rosangellacabrall@gmail.com)

<sup>3</sup> Mestre pelo Curso de Pós-graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ, [celia.pedrov@gmail.com](mailto:celia.pedrov@gmail.com)

<sup>4</sup> Mestranda em Ciências Sociais pelo PPGCS – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ, [ricocida@gmail.com](mailto:ricocida@gmail.com);

<sup>5</sup> Professor orientador: titulação, Doutor em Educação pela Universidade Federal Fluminense - UFF, [lepedi-ufrj@hotmail.com](mailto:lepedi-ufrj@hotmail.com).

com mais mortes no mundo, já são mais de 545 mil vidas perdidas<sup>6</sup>, porém é o sexto mais populoso. Dessa maneira fica evidenciado como o país sofre severamente com a crise sanitária que iniciou após países já terem vivenciado períodos críticos e publicizarem formas de prevenção.

Em 11 de março de 2020 a Organização Mundial de Saúde (OMS) decretou a situação da COVID-19 como pandemia, isso significa que os casos estavam crescendo substancialmente e espalhados em diversos países. As consequências da pandemia atingem a toda população de todos os continentes, ninguém passou, e ainda passa, sem ser afetado. Entretanto os impactos ocorrem de forma diferenciada porque muitas questões são permeadas na vida de cada indivíduo, cada família. A preservação da vida certamente é a prioridade e isso inclui o atendimento das necessidades básicas, para aqueles que não tem condição de saná-las é preciso maior proteção do Estado. A crença de que era uma oportunidade de uma reorganização social, reflexão acerca do capitalismo e a defesa de serviços públicos logo se foram...

“A esperança é que a pandemia ensine que o investimento em saúde pública, em ciência/educação são o melhor caminho... Cresce a “fé” de que o Estado vai fazer sua parte, vai finalmente ser o nosso protetor. Entretanto, o tempo passa, e com ele a solução da mudança “de cima para baixo” vai se desfazendo... Construamos o novo com autonomia, com nossas próprias mãos, não esqueçamos que só o povo salva o povo.” (SOARES, 2020. p. 5,14)

Os auxílios que surgiram tinham valores baixos, não garantiam o sustento básico a todos que precisavam e as pessoas foram em busca de soluções individuais. Apesar de muito mencionado o Lockdown nunca existiu, as medidas restritivas que eram super permissivas pouco duraram, as taxas de transmissibilidade e óbitos aumentavam e as restrições diminuía. Caímos na falsa dicotomia saúde X economia! Como se fosse possível salvar a economia acumulando corpos... É uma colocação forte, mas infelizmente esse é o termo porque em abril de 2021 o Brasil registrou 4.249 óbitos em 24 horas. É dolorido lidar com essa realidade, alguns naturalizam com a imposição de um “novo normal”, outros realizam negações mais explícitas questionando as informações acerca dos óbitos e da transmissibilidade do vírus, enquanto outros tentam elaborar o a realidade e entender que:

---

<sup>6</sup> Segundo o Portal covid.saúde do Ministério da Saúde, atualizado em 21/07/2021, no Brasil foram 18.206.173 casos confirmados de Covid-19, com 545.604 óbitos. Total acumulado desde o início da pandemia em fevereiro de 2020. Link: <https://covid.saude.gov.br>.

O essencial é pensar a sociedade e a educação em seu devir. Só assim seria possível fixar alternativas históricas tendo como base a emancipação de todos no sentido de se tornarem sujeitos refletidos da história, aptos a interromper a barbárie e realizar o conteúdo positivo, emancipatório, do movimento de ilustração da razão. (ADORNO, 1995, p.12)

Os cientistas continuavam sinalizando as ações a serem tomadas para redução da taxa de contágio, para a redução de mortes, para que a rede de saúde não colapsasse, mas a única medida que vigorou firmemente no país ao longo de 2020 foi o fechamento das escolas.<sup>7</sup> É lamentável, mas: “Enquanto a sociedade gerar a barbárie a partir de si mesma, a escola tem apenas condições mínimas de resistir a isto. [...]A desbarbarização da humanidade é o pressuposto imediato da sobrevivência. (ADORNO, 1995, p. 117)

O ano de 2021 iniciou com o cenário da crise sanitária sem melhorias e mesmo assim foi o momento da educação encarar o “novo normal”, diversas esferas de diferentes unidades federativas abriram suas portas para receber os estudantes mesmo que os pesquisadores e profissionais da educação apontassem o risco de uma abertura precoce e/ou mal planejada. Em 25 de abril de 2021 foi noticiado que já havia 195.848 óbitos por Covid-19 no Brasil apenas nos primeiros meses do ano e que nos 12 meses de 2020 haviam sido 194.949 (BARCELLOS, 2021). Apesar desse texto se concentrar nos dados educacionais de 2020 é importante sinalizarmos a questão da crise sanitária nos meses já passados de 2021 e certamente serão números para futuros estudos.

O atendimento educacional emergencial em 2020 deixou lacunas, mas as observações iniciais sobre o formato em 2021 também apresentam fragilidades apesar de pouco se comentar a respeito. Mas como diria Adorno (1995, p. 85) “Tais problemas são ocultos sobretudo na medida em que parece haver soluções para todos esses problemas”. A realidade da educação no país já era complexa antes da pandemia e não poderia ser diferente com ela, seja na adoção do ensino remoto, híbrido ou presencial.

É fundamental que os censos e as notas técnicas sejam estudados para a análise das políticas implementadas e novas proposições aprimoradas. Esse artigo busca suscitar reflexões sobre as ações educacionais adotadas pelas redes públicas de ensino no Brasil durante o primeiro ano de pandemia e para isso serão utilizados os dados das esferas estaduais e municipais por serem aqueles disponibilizados até o momento. A Teoria

---

<sup>7</sup> Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) sobre suspensão de aulas presenciais no ano de 2020 foi revelado que estiveram fechadas: 98,4 % das federais; 97,5% das municipais; 85,9% das estaduais e 70,9% das particulares.  
[https://download.inep.gov.br/censo\\_escolar/resultados/2020/apresentacao\\_pesquisa\\_covid19\\_censo\\_escolar\\_2020.pdf](https://download.inep.gov.br/censo_escolar/resultados/2020/apresentacao_pesquisa_covid19_censo_escolar_2020.pdf)

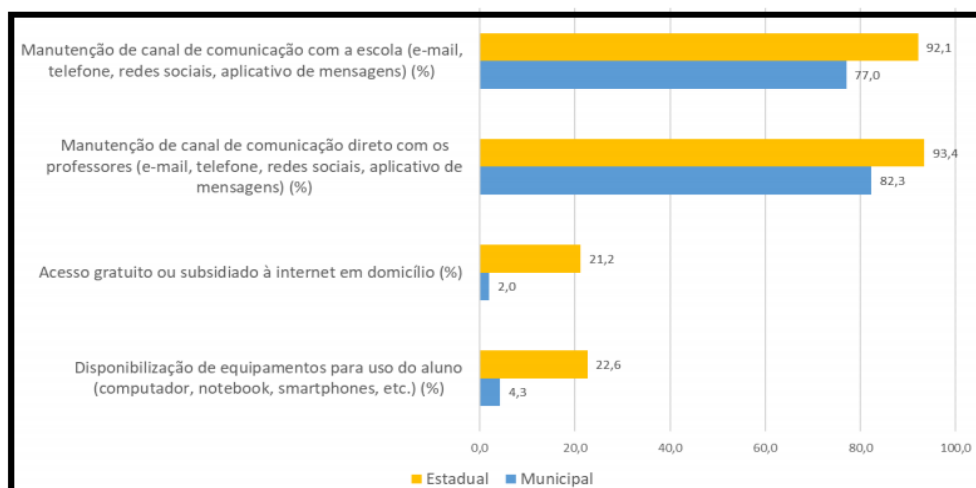
Crítica é a lente utilizada como referencial teórico metodológico através dos pensamentos de Theodoro Adorno.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

A situação da Covid-19 foi declarada pandemia em 11 de março de 2020, cinco dias depois os estudantes e profissionais da educação no Brasil deixavam as escolas para mais um final de semana e não retornaram por longos meses, outros por mais de um ano e ainda existem aqueles que não tem previsão de retorno mesmo que já tenhamos concluído o primeiro semestre de 2021. De fato, são muitos dias sem a presença física nas escolas e a uma oferta de educação emergencial que não se assemelha com Educação à distância que é referendada. Inclusive a legislação precisou ser modificada e tudo se iniciou com a Portaria, Nº 343 de 17 de março de 2020.

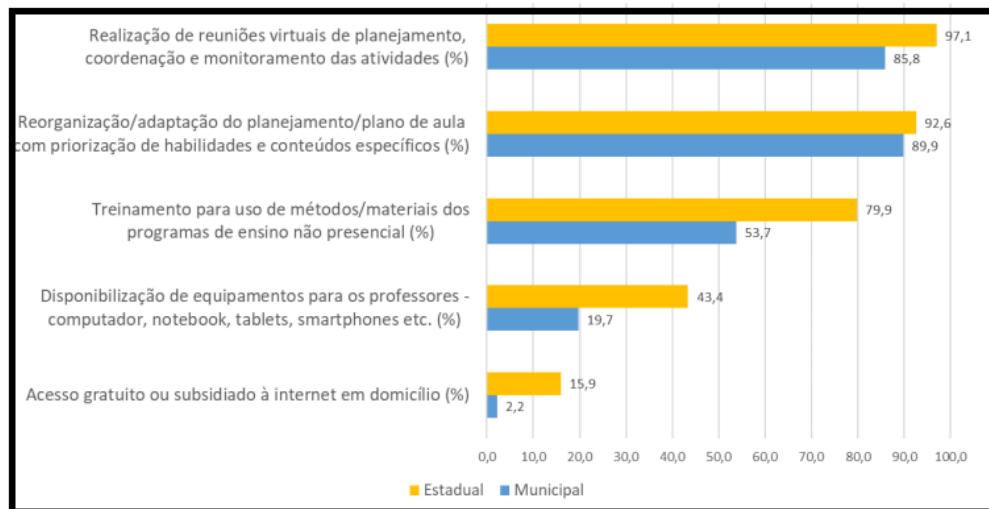
A precarização da educação pública está evidenciada na pandemia, as condições de funcionamento foram/estão péssimas e o subsídio aos estudantes e professores reforçam o descaso com a educação. E “[...]o professor se converte lenta, mas inexoravelmente, em vendedor de conhecimento, despertando até compaixão por não conseguir aproveitar melhor seus conhecimentos em benefício de sua situação material.” (ADORNO, 1995 p.105). Os “Resultados do Questionário Resposta Educacional à Pandemia de Covid-19 no Brasil” realizado no Censo 2020 apontam que a maioria das atividades estavam voltadas para a tecnologia.

**Gráfico 1- Percentual de escolas por estratégias de comunicação e apoio tecnológico disponibilizado aos alunos para continuidade das atividades pedagógicas durante a suspensão das atividades presenciais- Brasil 2020**



fonte: INEP/Censo Escolar 2020

**Gráfico 2- Percentual de escolas por estratégia adotada pela escola/secretaria de educação junto aos professores para continuidade das atividades pedagógicas durante a suspensão das atividades presenciais- Brasil 2020**



fonte: INEP/Censo Escolar 2020

Ao mesmo tempo que apontam para grande utilização de meios tecnológicos para alternativa à pandemia, há registro de baixíssimos subsídios de equipamentos e conexões com a internet. Em um período de distanciamento social em função da pandemia ter acesso a tecnologia é o básico para minimizar os prejuízos pela suspensão das aulas presenciais, sem um equipamento e internet se torna bastante complicado pensar em qualquer cenário de sucesso. A inexistência de políticas de acesso a equipamentos e internet para docentes e discentes apontam para duas possibilidades: descaso com a educação ou o desconhecimento da realidade dos envolvidos nesse processo. Porque: “Em outras palavras, o processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real.” (SOUZA, 2003, p. 13).

De forma bastante contraditória, por não haver suporte, as exigências e os trabalhos ocorreram majoritariamente através de e-mails, redes sociais, aplicativos de mensagens. É comum no magistério que professores subsidiem compras de materiais escolares e tenham outras despesas pela falta de condições para o exercício do seu trabalho em função da escassez causada por seu empregador, mas essa situação foi bastante diferente tendo em vista que as aquisições necessárias para uma boa aula

remota exigiam um investimento mais alto e incompatível com a remuneração docente que está cada vez mais desvalorizada. São muitos esforços e investimentos individuais e cabe pontuar que:

Reformas pedagógicas isoladas, embora indispensáveis, não trazem contribuições substanciais. Poderiam até, em certas ocasiões, reforçar a crise, porque abrandam as necessárias exigências a serem feitas aos que devem ser educados e porque revelam uma inocente despreocupação diante do poder que a realidade extrapedagógica exerce sobre eles. (ADORNO, 2005, p. 2)

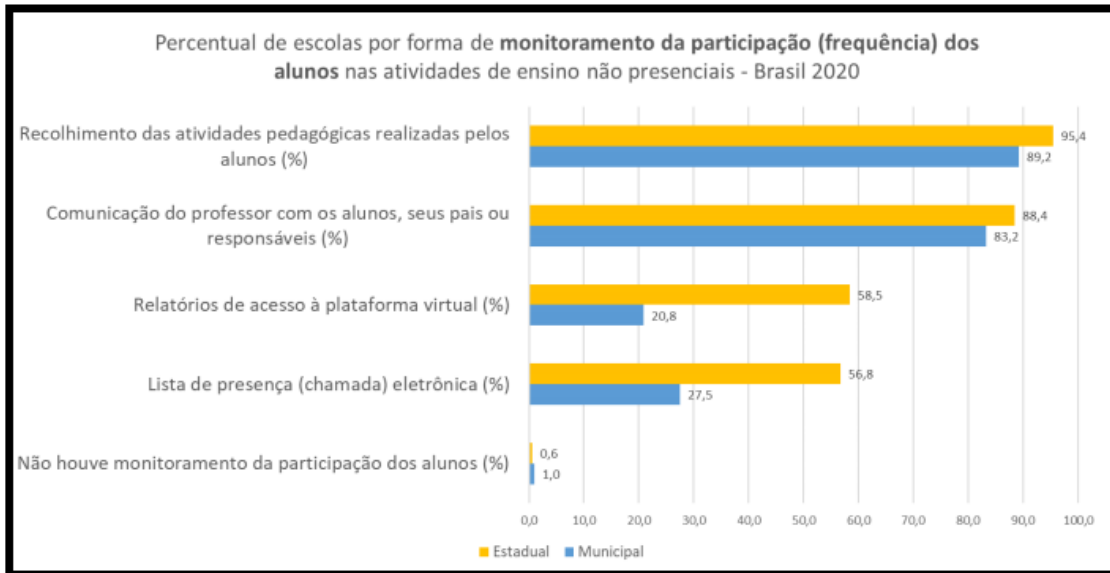
Se a situação para o professor ficou complicada, o que dizer sobre a realidade dos estudantes? Quantos irmãos precisaram dividir o mesmo equipamento? Existia equipamento? Possuíam conexão com a internet? Havia espaço minimamente adequado para o estudo? A família tinha grau de escolaridade? Alguém estava disponível para auxiliar o estudante? As famílias tinham flexibilidade no horário de trabalho para acompanhar os filhos? E os estudantes filhos de professores? São muitas as questões para as quais não temos respostas, mas o fato é que os profissionais da educação e as famílias com seus estudantes buscaram conexões mesmo em um cenário tão adverso. O que sabemos é que:

“No caso brasileiro, segundo dados do Observatório Social da COVID-19, recém-criado pelo Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (Fafich- UFMG), “20% dos domicílios brasileiros – o equivalente a 17 milhões de unidades residenciais – não estão conectados à internet...” (COLEMAX, 2020. p. 16)

Esses dados já revelam que uma parcela significativa de nossa população não possui acesso à internet em seus domicílios. Mas quem é esse 1/5 da população? “Vivem nesses domicílios cerca de 42 milhões de pessoas, entre as quais, 7 milhões são de estudantes, 95% matriculados em escolas públicas e 71% cursando o ensino fundamental” (COLEMAX, 2020. p.16). Ou seja, se olharmos com cuidado para esses dados entenderemos quem são esses números, quem são essas pessoas, quais são os estudantes que mais precisam de subsídios para garantir a educação que lhes é direito.

Como medidas paliativas em meio a falta de uma política de nação para com educação, vemos existiu uma busca pelos estudantes e que o percentual que não procurou informações sobre a participação dos estudantes é extremamente baixa.

**Gráfico 3- Percentual de escolas por forma de monitoramento da participação (frequência) dos alunos nas atividades de ensino não presenciais- Brasil 2020**



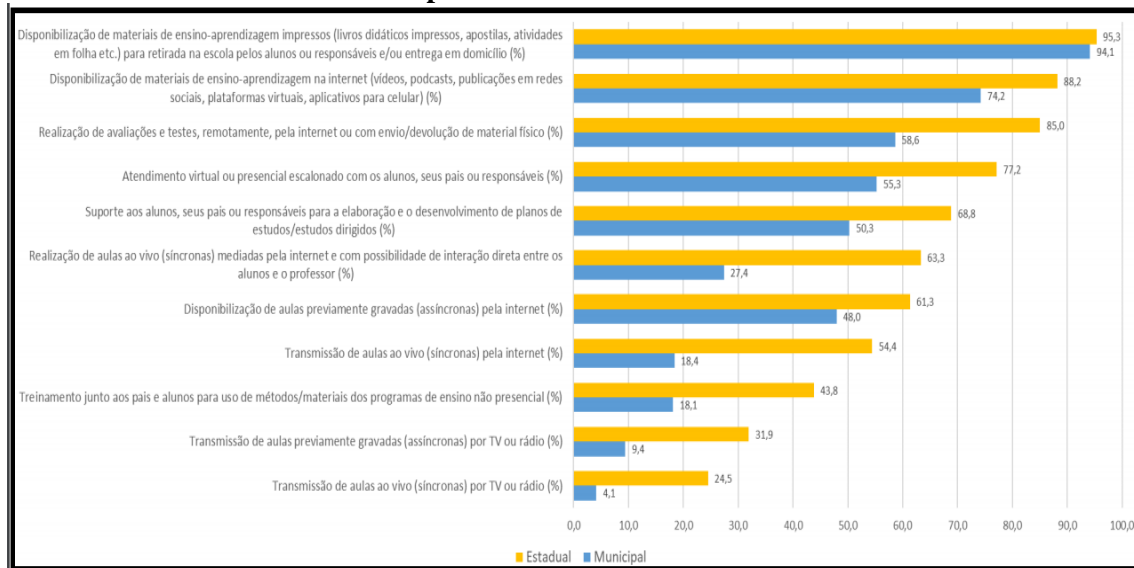
fonte: INEP/Censo Escolar 2020

A realidade foi muito diferente do que se desejava e do que poderia ter sido feito com investimentos em políticas educacionais mesmo diante desse cenário. Os equipamentos e o acesso a internet ficaram como responsabilidade individual e a forma como utilizá-los é outra questão que merece atenção porque não houve formação para atuar dessa forma e boa parte dos profissionais não realizou treinamento de nenhum tipo. Assim que todos foram surpreendidos com a pandemia tudo foi novidade e imprevisto, mas com o passar dos dias e dos meses isso deixou de ser compreensível. E a utilização de meios digitais para práticas comuns no ensino presencial não é a indicação porque é apenas: “A velha, mas ainda forte, educação bancária (FREIRE, 2004) agora tem um ar moderno apenas”. (SOARES, 2020. p.9)

As discussões acerca das possibilidades com as tecnologias educacionais estão presentes desde o início da pandemia, desde que as escolas foram fechadas e isso já tem mais de um ano e meio. Ainda estamos sem previsão para o encerramento dessas reflexões, pois quando a pandemia tiver fim e o ensino retornar totalmente presencial poderemos analisar os impactos causados por esse período. “No fundo, tudo dependerá do modo pelo qual o passado será referido no presente; se permanecemos no simples remorso ou se resistimos ao horror com base na força de compreender até mesmo o incompreensível” (ADORNO, 1995, p.46) Um dado que já merece reflexão é que em

meio ao universo digital o recurso mais utilizado tanto na rede estadual quanto municipal foi a utilização de material impresso.

**Gráfico 4- Percentual de escolas por estratégia e ferramenta adotada no desenvolvimento das atividades de ensino-aprendizagem com os alunos durante a suspensão das atividades presenciais- Brasil 2020**



fonte: INEP/Censo Escolar 2020

Não é possível encontrar um modelo único para atender os estudantes em uma sociedade com tanta desigualdade social e é possível perceber que foram adotadas diferentes estratégias para minimizar os prejuízos, mas infelizmente em função das oportunidades ainda mais desiguais o abismo só deve aumentar entre as classes sociais porque: “A pandemia, longe de enterrar o neoliberalismo, acelera seu entranhamento, reforça a política que já vinha em curso mais lentamente.” (SOARES,2020. p.6) E isso causa grande preocupação porque “A Teoria Critica pensa em um sujeito crítico, político, independente e protagonista de seu estado de direito, não dominado por uma sociedade capitalista e hegemônica.” (ADORNO, 2012. p 146).

O acesso à educação foi uma questão complexa para todos os estudantes, mas é preciso que entendamos que grupos foram atingidos de formas distintas e que mesmo os estudantes da rede pública, um mesmo grupo, foram atingidos diferentemente! Não podemos acreditar que os estudantes de todas as redes públicas do país foram atingidos igualmente sem considerar as especificidades de cada região, não podemos negar o machismo estrutural e acreditar que as estudantes do sexo feminino viveram a mesma



realidade dos estudantes do sexo masculino, são tantas variáveis e questões que não podem ser invisibilizadas.

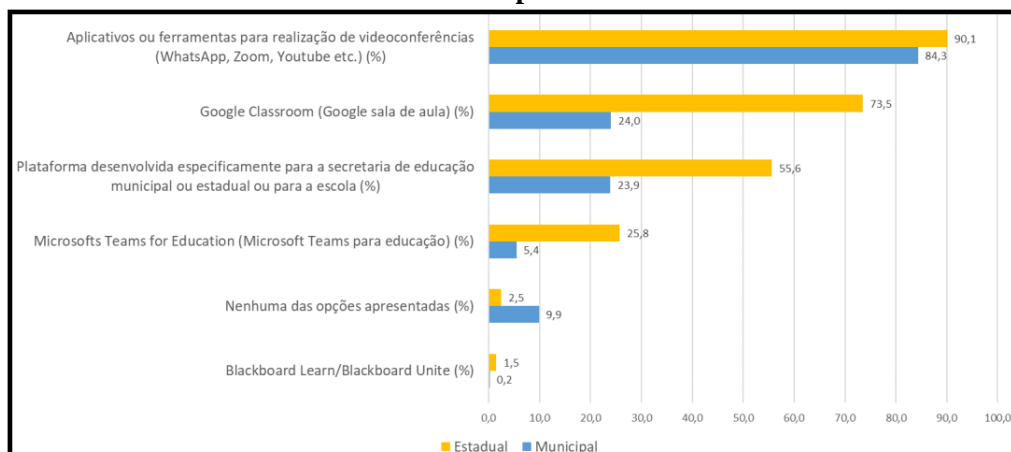
E por falar em exclusão e invisibilidade, como ficou o Público Alvo da Educação Especial (PAEE) que em sua maioria estuda na rede pública de ensino?<sup>8</sup> Infelizmente inacessibilidade em diversos aspectos parece ser a definição do momento, inclusive de forma bem explícita.

Vale ressaltar que estudante com deficiências e/ou transtorno do espectro autista, por razões supracitadas de maior vulnerabilidade, não devem retornar às aulas presenciais ou Atendimento Educacional Especializado, enquanto perdurarem os riscos de contaminação com o coronavírus.” (BRASIL, 2020. P.27)

Existe outros grupos que também estão invisibilizados e cada um deles merece estudo específico para que seja possível esmiuçar os dados e compreender melhor o cenário, neste caso foi trazido o PAEE por existir redação legal o diferenciando dos demais estudantes para suspender o direito de retorno à escola.

Cabe salientar que nenhum estudante, nenhum professor, nenhum profissional da educação, nenhum cidadão deveria retornar aos seus postos enquanto perdurassem os riscos, mas o que carece de reflexões e ressalta é o fato de que é mais simples retirar o estudante do PAEE do ensino presencial que criar estratégias para atendimento, não é um tratamento diferente para proteção e sim uma diferenciação para exclusão.

**Gráfico 5- Percentual de escolas por plataforma/ferramenta digital utilizada nas atividades desenvolvidas pela internet- Brasil 2020**



fonte: INEP/Censo Escolar 2020

<sup>8</sup> Segundo dados do Censo Escolar de 2020 as matrículas da educação especial estão distribuídas por esferas administrativas da seguinte maneira: 702.534 na rede municipal, 401.536 matrículas na rede estadual, 6.434 na rede federal e 198.396 na rede privada.  
[https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas\\_e\\_indicadores/resumo\\_tecnico\\_censo\\_escolar\\_2020.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2020.pdf)

Existe uma diferença muito significativa entre a utilização de plataformas, sites e redes sociais já existentes para algo desenvolvido pelas secretarias de educação, o que mais uma vez reforça que as escolas precisaram agir sem o suporte necessário nesse contexto pandêmico.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia do Covid-19 interferiu de forma repentina no mundo, ainda temos um cenário de muitas mortes e o Brasil é o segundo país de todo planeta que mais perde sua população por essa razão. Em meio a esse contexto existe uma tentativa de naturalização com a busca pelo “novo normal” em diversas áreas da sociedade e uma ausência de políticas para a educação pública. É urgente a reflexão acerca desse cenário porque: “aquilo que caracteriza propriamente a consciência é o pensar em relação à realidade, ao conteúdo – a relação entre as formas e estruturas de pensamento do sujeito e aquilo que este não é.” (ADORNO, 1995 p.151).

A educação que vem sendo ofertada aos estudantes da rede pública de ensino ao longo da pandemia tem sido muito aquém do que deveria ser e “É nesta disputa de oportunidades que não podemos deixar de marcar quanta potência há no espaço escolar” (CUNHA, SCRIVANO e VIEIRA. 2020 p.134). Ao logo desse artigo apontamos que nem o básico (equipamento e internet) foram questões centrais de políticas públicas, que as escolas foram subservientes as determinações quando é fundamental que os:

[...] professores tenham uma luz quanto ao que eles próprios fazem, em vez de se manterem desprovidos de conceitos em relação à sua atividade. As limitações objetivas que, bem sei, se abatem sobre muitos, não são invariáveis. Auto-reflexão e o esforço crítico são dotados por isso de uma possibilidade real, a qual seria precisamente o contrário daquela dedicação férrea pela qual a maioria se decidiu. (ADORNO, 1995, p. 69)

A consciência crítica sobre a realidade da educação é a única possibilidade de mudança e diante de uma pandemia não havia solução simplória que pudesse solucionar os desafios impostos pela realidade, se é que havia alguma possibilidade de manutenção do ano letivo sem que os estudantes tivessem prejuízos. O que aconteceu com a educação pública brasileira ao longo de 2020 aponta para uma perda muito grande de oportunidades de aprendizagem tendo em vista que não foram construídas políticas que garantissem a oferta de uma educação de qualidade, dessa forma além de todas as

preocupações oriundas em função da COVID-19, os estudantes e profissionais da educação tiveram que resolver, ou ao menos tentar, questões com equipamentos em internet o que podemos considerar trivial em tempos de atividades não presenciais.

É urgente que ações sejam construídas para não aumentar a desigualdade de oportunidades dos estudantes que são oriundos da escola pública porque lamentavelmente não podemos dizer que as perdas se resumem ao ano letivo de 2020 tendo em vista que em 2021 a situação da crise sanitária se apresenta muito mais agressiva do que no ano anterior e com isso as escolas também sofrem de inúmeras maneiras. O país carece de políticas de Estado que demonstrem compromisso com a educação através de financiamentos e construções democráticas afim de reparar o descaso histórico com a educação pública que ficou evidenciada na pandemia, mas já existe há muito tempo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO , Theodor Wiesenrund . **Educação e Emancipação**. Tradução de Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CP nº11/2020**. Orientações Educacionais para a Realização de Aulas e Atividades Pedagógicas Presenciais e Não Presenciais no contexto da Pandemia. Publicado no D.O.U. de 3/8/2020, Seção 1, Pág. 57

BARCELLOS, Renato. Número de mortes por Covid-19 no Brasil em 2021 já supera todo ano de 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/2021/04/25/numero-de-mortes-por-covid-19-no-brasil-em-2021-ja-supera-todo-ano-de-2020>. Acesso em: 15 jul. 2021.

COLEMARX. **Em defesa da educação pública comprometida com a igualdade social: porque os trabalhadores não devem aceitar aulas remotas**. Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE - Faculdade de Educação - FE -Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ . Rio de Janeiro. 2020

CUNHA,T, C; SCRIVANO, I; VIEIRA, E,S. Educação Básica Em Tempos De Pandemia: Padronizada, Remota, Domiciliar E Desigual. **Educação e Democracia em Tempos de Pandemia** Revista Interinstitucional Artes de Educar. Rio de Janeiro, V. 6 - N. Especial II – p. 118-139 (jun - out 2020): “Educação e Democracia em Tempos de Pandemia”. DOI: 10.12957/riae.2020.51907



FREIRE, Paulo . **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

SECRETARIAS ESTADUAIS DE SAÚDE. **Óbitos de COVID-19 por data de notificação**. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acessado em 30 de mai. 2021.

SOARES, Sália Bona V. Coronavírus e a modernização conservadora da educação. In: SOARES et al. **Coronavírus, educação e luta de classes no Brasil**. Editora Terra Sem Aмос: Brasil, 2020.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa**. Caderno CRH, Salvador, n. 39, jul./dez. 2003.